Textos e discussões sobre a temática da Semana da Cidadania

Sumário

1. Notícias do front: políticas de segurança pública do Estado da Bahia e a matança oficial 3
2. Alguma novidade no front? 6
3. A juventude negra quer viver! 9
4. Carta do CONJUVE enviada ao Presidente Lula sobre a violência e extermínio de jovens 12
5. Estudo divulga o Mapa da Violência entre jovens latino-americanos 14
6. Juventude e Violência 16
7. Retrato da juventude brasileira 18
8. Livro: Violência nas Escolas – *UNESCO* 21
9. Casos de homicídios são mais freqüentes entre jovens 22
10. Injustiça social gera violência no Brasil, aponta pesquisa 24
11. Homicídios de jovens aumentam em 23 anos 25
12. 70% dos jovens brasileiros assassinados são negros, diz relatório da ONU 27

Expediente

www.pjmaringa.com.br
pjmaringa@pjmaringa.com.br
Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Maringá

O conteúdo desta apostila foi extraído do site da Casa da Juventude Pe. Burnier [www.casadajuventude.org.br] e organizado pela Assessoria de Comunicação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Maringá.

Notícias do front: políticas de segurança pública do Estado da Bahia e a matança oficial

Nos últimos dias o Brasil se escandalizou com cenas de verdadeiro espancamento, ocorridas na cidade de Madre de Deus, região metropolitana de Salvador. Nas arquibancadas do Estádio Municipal, um grupo de PMs espancou torcedores, ameaçando-os acintosamente com armas nas mãos, tendo o fato sido registrado por câmeras de TV, com várias reproduções na internet e transmissão para todo o País, cenas de verdadeiro horror.

Agora, cerca de duas semanas após este episódio, a PM volta à cena pública do Estado, dessa vez com a prisão do ex-comandante geral da PM na Bahia, acusado pela própria SSP (Secretaria de Segurança Pública) de participar de uma grande rede de corrupção, responsável pelo superfaturamento de viaturas dentro do Governo do Estado (aquelas viaturas que o Governador anunciou com tanta festa pelas avenidas de Salvador...) e por várias outras irregularidades nas licitações.

Por fim, fechamos a semana com manchetes relatando a morte de 5 (cinco) jovens na comunidade do IAPI em Salvador, suspeitos, segundo a Polícia, de terem participado do esquema do tráfico de drogas e, por isso, mortos "em confronto" com a autoridade policial, estranhamente no mesmo dia em que foi morto um policial federal que participava da operação.

Diante desses fatos o já acirrado debate sobre segurança pública tem assumido a dimensão de principal problema contemporâneo passando a haver, de modo geral, dois grandes discursos posicionando-se sobre a temática. De um lado, aparecem aqueles que entendem que tais fatos são absolutamente normais, que o papel da polícia é mesmo a imposição da "lei e da ordem", a repressão ao crime e que a morte e a agressão a um ou outro cidadão é parte da atividade policial, aquilo que alguns chegariam a chamar de "mal necessário".

Por outro lado, temos o discurso, não menos perigoso, daqueles que optam por uma crítica rasa, afirmando, quando interpelados sobre os fatos ocorridos, que "essas são apenas as posturas isoladas, coisa dos 'maus policiais'", que "isso não tirará a valentia e a seriedade da corporação", ou, ainda, que "não podemos generalizar, são os 'desvios' que ocorrem em toda a profissão"...

Ora, mas, será que é isso mesmo? Será que a truculência e a brutalidade policial são apenas questões de punição individual e de condutas isoladas? Será que não há uma outra diretriz pela qual podemos nos sustentar para analisar com mais contundência a questão da segurança pública.

Ao ouvirmos tão pífias afirmações por parte de pessoas que deveriam colaborar com a real discussão sobre a questão policial em nosso Estado penso nas palavras do pesquisador Luiz Eduardo Soares ao prefaciar o livro do militante Marcos Rolim sobre policiamento e segurança pública no século XXI:

"A esquerda lavou as mãos, a espera da redenção socioeconômica, quando supostamente celebraremos o fim das iniqüidades e a sociedade civil será igual, fraterna e justa. E viverá para sempre em harmonia. A direita sujou as mãos com sangue e lama, em nome da lei e da ordem, que se manifestam sob a forma de discriminação e violência com os de baixo, e tolerância indulgente com os de cima.

Ambas as visões – e os protagonistas políticos que as representam – negligenciando a magnitude das tragédias que se abatem sobre a sociedade brasileira, tornando-a uma das mais violentas do mundo, e renunciam à discussão sobre a especificidade da política de segurança pública, em toda a sua extraordinária complexidade. Essa omissão tem como efeito a reiterada recusa em assumir responsabilidades efetivas em relação às mudanças indispensáveis e urgentes na área".

Parece que o Luiz Eduardo tem mesmo razão. Ao observarmos com mais atenção os tristes fatos ocorridos recente (e insistentemente) na Bahia vemos que mais do que alegar que se tratam de condutas pessoais equivocadas desse ou daquele agente policial o que temos é uma reprodução sistêmica de violência num Governo que, apesar das grandes tarefas democráticas a que fora incumbido, continua a agir com medidas acessórias e paliativas, fugindo do debate sobre o tipo de policial e de policiamento que queremos, portanto, não acumulando em favor da segurança e da paz contentando-se com oferece mais do mesmo que foi o carlismo por longos e ingratos 16 anos.

Sem coordenação e sem projeto de transformação, o Governo do Estado mostra-se diante de um sério colapso na área da segurança pública, com uma série de gestores desastrados e uma porção de assessores falastrões (vide o próprio Secretário de Segurança, ou, de Secretário de Polícia como ele prefere ser chamado, e o "festejado" Delegado Magalhães, que atualmente se apresenta – e parece que é ouvido – como grande conselheiro de Wagner para a questão da polícia investigativa).

A atenção destinada à questão da segurança pública e, mais especificamente, para a questão da atuação policial dá conta de que vivemos em algo que já não se pode nem chamar de estado de direito, pois, a julgar pela força e pela violência com que atua, passa a ser definido pelos intelectuais e ativistas do movimento negro como Estado Genocida, responsável direto pelas mortes de dezenas de pessoas e financiador de uma ação policial com altíssimos graus de letalidade, eminentemente repressiva e violenta, porque despreparada e ineficaz,

seja na prevenção de conflitos, seja no contato direto com a população em atividades de natureza ostensiva de repressão.
O caos apontado pelo número de mortes e pelo aumento das ocorrências em todo o Estado revela um fenômeno de natureza sistêmica, marcado por vários elementos de extermínio que apresentam um modelo de matriz essencialmente punitiva, que se corrompe naquilo mesmo que promete combater e que, por isso, produz dor e sofrimento por onde passa.

Trata-se de enfrentar a discussão sobre uma ampla reforma estrutural necessária a PM da Bahia, ultrapassando o discurso de que é preciso apurar, e lançando alguma outra referência para alterar a realidade, não com a repetição do "remédio" que não funciona, mas, pelo contrário, com a utilização criativa de outras formas, não penais inclusive, combinadas com ações repressão em caráter menos violento, com respeito aos direitos humanos, obtido a partir de uma efetiva linha de concepção interdisciplinar da formação e da atividade policial.

É urgente elaborarmos uma proposta de segurança efetivamente pública, com controle da sociedade e com declarado compromisso com a vida, sem o Delegado Magalhães, sem seu estilo arrogante de xerife brigador, sem as ordens de matar do Secretário de Polícia e sem as declarações e práticas desencontradas da SSP, afinal, a regra continua sendo a mesma para os que insistem em afirmar que toda vida tem o mesmo valor: reação política, pessoal e coletiva, pois, se não, morreremos todos(as).

• *Felipe da Silva Freitas[1]*
[1] Felipe da Silva Freitas é conselheiro estadual de juventude representando as Pastorais da Juventude do Brasil e militante do Núcleo de Estudantes Negras e Negros da UEFS – e-mail: fsfreitas_13@yahoo.com.br
[2] ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006, p. 11 – 12.

Alguma novidade no front?

Há dez anos era lançado o documentário Notícias de uma guerra particular, dos cineastas João Moreira Salles e Kátia Lund. A idéia foi simples: observar e ouvir as diversas perspectivas acerca da infindável guerra entre policiais e traficantes nos morros do Rio de Janeiro. A partir de relatos e reflexões de moradores, policiais e traficantes, o filme traça algumas pistas sobre as profundas questões da tragédia social brasileira. Trata-se aqui de uma sociedade economicamente dividida, cujos percalços diários, com altas doses de sangue e lágrimas, nos acompanha e até incomoda, mas a complexidade do emaranhado de questões aí envolvidas age como um potente sonífero que impede o despertar para novos horizontes de ação.

A despeito dessa imensa teia de problemas, o que se destaca é a modalidade da violência visível, real, concreta, nua e crua que se pratica no Brasil de maneira geral: a seletividade do extermínio. Não que outras mortes não sejam importantes, mas que existe um padrão de recorrência nas mortes por execução que recai principalmente sobre a população pobre, sobre as pessoas que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos. Claro que há inúmeras variações na prática dessas execuções: policiais que matam traficantes, traficantes que matam policiais, traficantes que matam traficantes, policiais que matam moradores, traficantes que matam moradores e assim por diante... Ou seja, não são as categorias imprecisas do "policial", "traficante" ou "morador" que ficam mais evidentes, e sim a generalização das mortes, porém sempre com intensidades e características diferentes.

De saída, o impacto dessa questão é introduzido pelo narrador: "a polícia federal estima que hoje [fim da década de 1990] o comércio de drogas empregue cem mil pessoas no Rio, ou seja, o mesmo número de funcionários da prefeitura da cidade. Nem todas essas pessoas moram em favelas, no entanto, a repressão se concentra exclusivamente nos morros cariocas". Por um lado, o que se evidencia aqui é a dinâmica econômica subjacente, o "comércio de drogas" como meio de vida financeiramente mais vantajoso. Como qualquer outra mercadoria, há uma parcela de valor que, ao final de todo o ciclo contábil, acaba sempre sendo apropriada de maneira significativa por alguns poucos. Assim, certos entopercentes, em si, não são o centro do problema, pois este mercado ilegal representa apenas uma (certamente a mais mortífera) das inúmeras franjas restantes (mendicância, desemprego ou emprego precário, vendedores ambulantes sempre atentos ao "rapa", os flanelinhas nossos de cada dia, etc.) para aqueles que estão desligados da "cidadania". Sobre isso, ouvimos nossos vizinhos e familiares contarem histórias semelhantes, que, ainda que em graus diferentes, mantêm a mesma rota do fechamento das mínimas possibilidades de reprodução da vida: comprar comida, pagar as contas de água e luz, os

remédios, garantir a ida ao forró, ao rap, ao baile funck, enfim, alguma gota de dignidade.

Por outro lado, fica explícito, na introdução do narrador, o peso diferenciado da repressão estatal dispensada aos morros, ou a qualquer outra periferia ("pereferia é periferia em qualquer lugar", nos versos de Edy Rock, dos Racionais MC's), que não são os únicos bastiões do tráfico. É uma seleção detalhadamente construída, com "tropas de elite" inclusive, mas que não pode jamais ser assumida oficialmente, pois seria a implosão do fundamento mesmo que sustenda o "Estado", qual seja, o discurso da igualdade entre todos os seus "cidadãos".

Assim, o extermínio seletivo completa seu ciclo estrutural: é preciso "manter a favela sob controle", como critica atentamente o policial civil entrevistado no documentário, que meses depois se tornaria deputado estadual no Rio de Janeiro. O problema disso? Ele sabe muito bem: "como é que você mantém dois milhões de habitantes sob controle?", "como é que você mantém os excluídos todos sob controle, calmos?". Também o policial do BOPE tem algum senso da dimensão da fratura social, ao afirmar que "o único segmento do Estado que vai ao morro é a polícia, só a polícia não resolve", "só a polícia não dá conta". Seguramente um projeto como esse, de controle absoluto da população, tornaria inviável qualquer sociedade, como nos ensinaram as experiências totalitárias na Europa, as ditaduras da América Latina e da África (aqui, algumas ainda em curso), e mesmo as formas menos dissimuladas dos defensores da "força" e da "ordem" de hoje (policiamento ainda mais ostensivo, exército nas ruas, redução da maioridade penal, retorno da pena de morte, etc.).

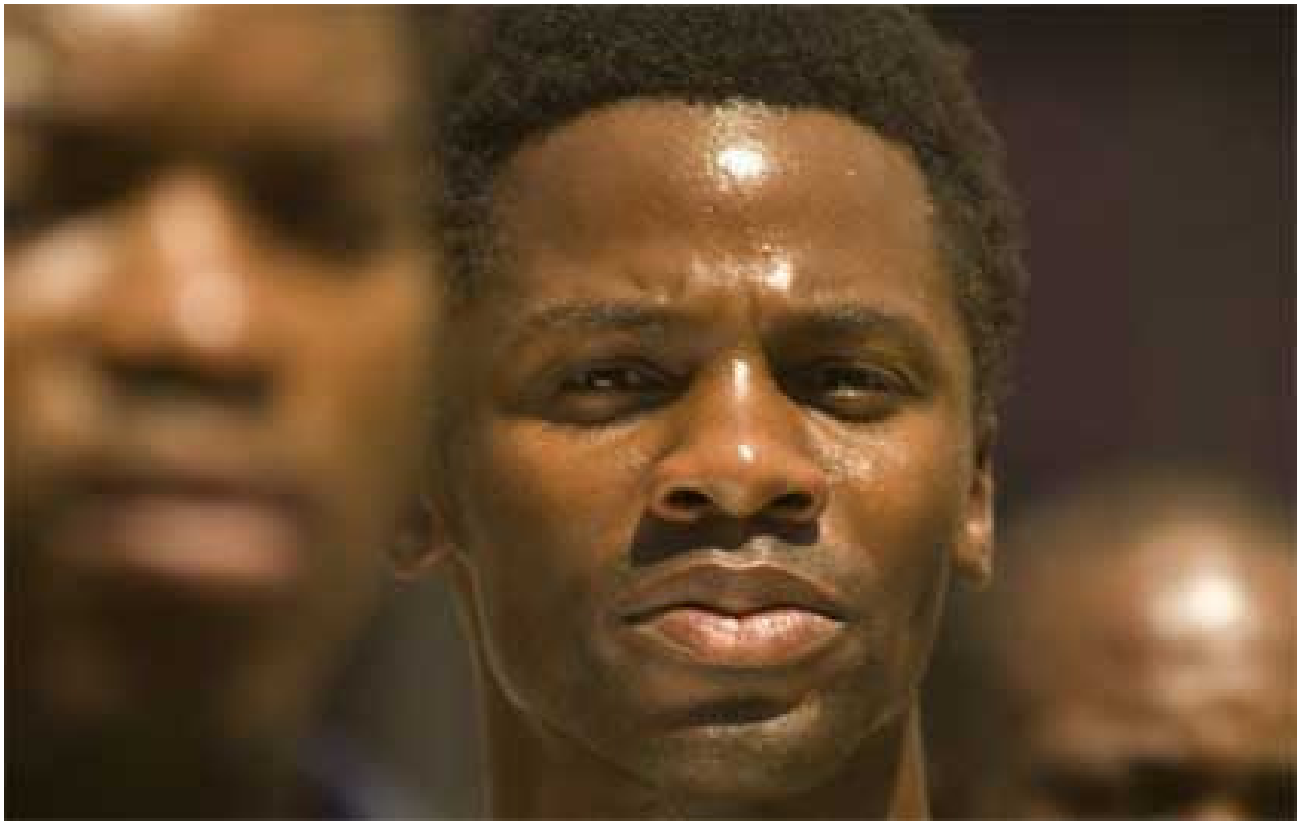
Continuamos a receber mais e mais notícias dessa "guerra particular" que é, na verdade, coletiva, ou seja, diz respeito ao conjunto da sociedade, sobretudo quando vemos diariamente a morte selecionada de dezenas de pessoas, sobretudo de jovens pobres do sexo masculino, em todos os grandes centros urbanos do Brasil. Entender os meandros dessa guerra é tarefa árdua. É necessário, contudo, ir além das imagens de corpos baleados e ensangüentados vistas na TV, ultrapassar as reações meramente emocionais, no sentido de quase nunca se discutirem e, muito menos, alterarem as questões que direta ou indiretamente se relacionam à matança tresloucada.

O silêncio pessoal, ou institucional, com as inúmeras exceções, pode até tentar manter as mazelas e desgraças bem distantes (a lógica do salve-se quem puder morar em condomínios fechados, contratar seguranças particulares, ou comprar carros blindados), mas, ao mesmo tempo, é incapaz de substituir um cotidiano de naturalização das desigualdade sociais e econômicas e de banalização da morte. Até quando? Não sabemos. Mas caberia, no correr da tempestade, pelo menos outra questão: quantas crises a mais serão necessárias para percebermos que a

humanidade está em crise permanente? Em outros termos, há algo de substancialmente novo no front?

Fernando Lima das Neves, fevereiro de 2009.

A juventude negra quer viver!



*Fórum Nacional de Juventude Negra lança, durante o FSM 2009, a Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra.**

Sob os princípios de promoção de um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, o Fórum Nacional de Juventude Negra, lançou no dia 28 de janeiro durante a edição 2009 do Fórum Social Mundial, realizada na cidade de Belém no Pará, a Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra.

A Campanha é fruto de um processo de articulação nacional da juventude negra brasileira reunida durante o I Encontro Nacional de Juventude Negra, em 2007 na Bahia. A *Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra*, sob coordenação do *Fórum Nacional de Juventude Negra* com dinamização dos *Fóruns Estaduais de Juventude Negra*, surge como um instrumento de luta e discussão com a sociedade brasileira sobre um modelo de segurança pública, que respeite os direitos humanos, e seja compatível com um Estado democrático e de

Direito, reduzindo assim, o alto índice de violência contra a população negra, especialmente jovens negros e negras.

A atividade foi realizada durante o Dia da Pan-Amazônia, dedicado *levar ao mundo as vozes da Amazônia, evidenciando 500 anos de resistência, conquistas e perspectivas africanas, indígenas e populares. Os dados para a violência na região amazônica do país são alarmantes, d*os 100 municípios com maiores índices de desmatamento, 61 estão entre os que apresentam as maiores taxas de assassinatos no país, de acordo com o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. Entre os municípios que figuram nas duas listas, 28 estão no Mato Grosso, 21 no Pará, oito em Rondônia e dois no Maranhão.

A violência é um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade brasileira, fruto de condições sócio-econômicas profundamente desiguais, de corrupção e de uma tradição de impunidade. "O racismo não vai deixar de existir, precisamos criar políticas de enfrentamento a ele. Apoiamos a luta da juventude negra, precisamos salvar os nossos jovens", enfatizou o Babalorixá Edson de Oxossi, integrante da organização paraense CEDENPA, durante a atividade.

O lançamento reuniu lideranças das religiões de matriz africana, do movimento negro paraense, integrantes dos Fóruns Estaduais de Juventude Negra e dezenas de participantes do Fórum Social Mundial, no universo de cerca de 200 pessoas que assistiam a atividade, foi consenso durante as intervenções que é urgente a incorporação de uma cultura de paz e garantia de vida saudável para a juventude negra.

"O racismo presente na sociedade impede a população negra, principalmente sua juventude, de acessar uma educação de qualidade, acesso no serviço público de saúde, e principalmente se materializa na violência diária sofrida pelos jovens negros. O Fórum através dessa Campanha abre um espaço de diálogo com a sociedade para evidenciar essas práticas e dar um grito de alerta, precisamos viver", enfatizou Gleidson Alves, coordenador do Fórum de Juventude Negra do Pará.

Apesar dos avanços na legislação de proteção aos direitos humanos, os índices de homicídios contra a juventude permanecem elevados e alguns deles cresceram ainda mais nos últimos anos. Pesquisas recentes têm demonstrado que é o homem, jovem e negro a vítima preferencial da violência. No início de 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou dados sobre o genocídio praticado pelo estado brasileiro contra sua juventude. O Brasil ficou conhecido como o país que mais mata jovens no mundo, sendo que a imensa maioria destes(as) jovens são negros(as).

Reforçando o ambiente do Fórum Social Mundial como espaço convergente das várias lutas sociais, sob um contexto de dimensão internacional, durante a

atividade de lançamento da Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra, contou com a participação do jovem colombiano Hugo Mondragon, que apresentou o cenário de violência contra a população afro-colombiana, "No meu país, sofremos perseguições e todos os dias são cometidas violências e chacinas contra os negros. Nossos líderes são mortos, desaparecidos ou impossibilitados de seguir na sua luta social, visando assim deixar a população negra colombiana sem lideranças, assim menos forte", explicou Mondragon.

De acordo com o Mapa da Violência: Os jovens da América Latina, as taxas de violência da América Latina para o conjunto da população são dezesseis vezes maiores que as taxas européias, quando se trata de vítimas jovens, viram 31 vezes maiores. Historicamente, os pólos dinâmicos da violência encontravam- se localizados na América do Sul, principalmente na Colômbia e no Brasil. Apesar de não ser totalmente correto, nas últimas décadas, a violência na América Latina virou sinônimo de tráfico de drogas, com seu aparelho criminal infiltrado nas diversas instâncias da sociedade civil e política e seus assentamentos territoriais.

As alternativas a esse cenário são a promoção de políticas e estratégias que estimulem a plena inserção e um papel protagônico para os(as) jovens, em que sejam articulados esforços e iniciativas do setor público em suas diversas instâncias, da esfera privada, das organizações não-governamentais e dos(as) próprios(as) jovens. Estratégias que promovam o conhecimento, a revalorização e o fortalecimento da identidade juvenil e sua participação, como setor ativo e consciente da construção da cidadania e do desenvolvimento dos países.

A Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra visa despertar uma reflexão sobre o valor da vida humana e das práticas discriminatórias predominantes na sociedade, fortalecer, impulsionar e disseminar as discussões sobre violência e segurança pública através do olhar da juventude negra. Serão desenvolvidas ações nacionais baseadas na formulação de estratégias de prevenção à violência contra a juventude negra de forma que os índices de violência contra este grupo da população seja reduzido. A avaliação do sucesso desta iniciativa se dará a partir de cada vida poupada e da elevação da consciência coletiva sobre os fatores que norteiam a permanência de uma conjuntura exterminadora e violenta para a juventude negra brasileira.

**Por Thais Zimbwe - jornalista, corresponde do Portal Mundo Negro e integrante da Coordenação do Fórum Nacional de Juventude Negra.*

Carta do CONJUVE enviada ao Presidente Lula sobre a violência e extermínio de jovens

Exmo. Sr. Presidente Luis Inácio Lula da Silva,

O Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE, motivado a dar respostas efetivas aos altos índices de letalidade juvenil, reafirma sua preocupação e indignação diante do quadro de violência e extermínio de jovens, em especial negros, moradores das periferias urbanas e favelas do nosso país.

Esta dramática situação é denunciada, sistematicamente, por diferentes organizações de direitos humanos e de juventudes e foi reafirmada pelos resultados do último Mapa da Violência 2006 apresentado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

O estudo mostra que o assassinato de jovens brasileiros tem vitimizado, sobretudo indivíduos do sexo masculino (93%), negros e pobres, atestando a existência de uma causalidade, se não unívoca, forte entre desigualdades sociais e violência e também questões de gênero e raça que permeiam esse fenômeno. O estudo aponta ainda que esse extermínio de jovens acontece de maneira mais sistemática em alguns estados brasileiros, sendo Pernambuco, Bahia, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro as regiões do país em que a vida de jovens encontra-se mais ameaçada. A relatora especial das Nações Unidas sobre Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Asma Jahangir, em seu último relatório, além de corroborar o acima descrito complementa que a maior vítima de execuções sumárias e extrajudiciais no Brasil é o jovem entre 15 e 24 anos.

Reafirmamos que é inadmissível a criminalização, resultado concreto do descaso com a população jovem historicamente discriminada e alijada do acesso aos direitos universais garantidos pela nossa Constituição, a nossa carta magna.

Entendemos que neste quadro, a garantia do acesso às políticas universais somado às políticas de promoção de igualdade racial deva ser um caminho a ser traduzido em políticas de Estado, tendo como orientação as prioridades e resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em abril de 2008.

Reconhecemos todos os esforços que estão sendo enveredados pelo seu governo para que os jovens em situação de vulnerabilidade e em alto risco social tenham oportunidades que permitam a construção de um futuro melhor e mais digno.

Mas consideramos que neste segundo mandato de Vossa Excelência é necessário enfrentar questões como: o extermínio da juventude negra e a altíssima letalidade juvenil, a violência e a exclusão social com ações, projetos e programas

para a juventude com maior força e impacto. Abaixo seguem algumas recomendações:

1. A imediata implementação do Pronasci e do Protejo, acompanhada de avaliações publicamente debatidas.
2. O fim da impunidade para os policiais responsáveis pelo assassinato destes (as) jovens.
3. O combate sem tréguas aos grupos de extermínio e aos grandes traficantes de drogas e armas.
4. Investimentos efetivos para ações de reparação direcionadas aos/às jovens negros (as) e afrodescendentes que moram nas periferias e favelas.
5. A criação de ouvidorias de polícias autônomas e independentes, possibilitando à sociedade organizada a participação e monitoramento de suas ações.
6. A criação de conselhos de segurança pública em âmbitos municipais, estaduais e nacional possibilitando à sociedade organizada a participação na concepção, formulação, implementação e acompanhamento das ações e dos planos de segurança pública.
7. Intersetorialidade na construção das diretrizes das políticas de segurança, garantindo a superação do paradigma de que segurança pública seja somente responsabilidade das secretarias de segurança pública e de justiça.

Atenciosamente,
Conselho Nacional da Juventude
Brasília/DF, 03 de setembro de 2008

Estudo divulga o Mapa da Violência entre jovens latino-americanos

Apesar da queda nos índices de mortes violentas no Brasil registrada desde 2003, o país continua em posição de destaque no ranking latino-americano e mundial de homicídios. De acordo com o estudo "Mapa da Violência: os Jovens na América Latina", recém-divulgado em Brasília, o Brasil tem hoje a quinta maior taxa de homicídios total e juvenil da América Latina. Além disso, também ocupa a sexta posição em nível mundial em ambas as categorias e, a exemplo dos vizinhos, precisa de políticas mais eficientes de inclusão social para diminuir significativamente a violência.

O documento, elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz, diretor de Pesquisas do Instituto Sangari, analisa a mortalidade causada por homicídios, por armas de fogo, por suicídio e por acidentes de transporte. Com foco nos óbitos juvenis, inclui 83 países do mundo, entre eles, 16 países da América Latina. A pesquisa foi elaborada pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), em parceria com Ministério da Justiça e o Instituto Sangari.

De acordo com o documento, historicamente o Brasil pode comemorar um avanço, já que ocupava posições mais altas em rankings anteriores. O avanço foi graças à queda nas taxas de homicídios, ao contrário de países como El, Salvador, Guatemala e Venezuela, onde essas taxas aumentaram muito, ultrapassando os índices brasileiros. Em 2003, o Brasil tinha o segundo lugar entre os países latino-americanos com maior índice de mortes violentas, superado apenas pela Colômbia. Para os pesquisadores, a situação no país começou a mudar naquele ano, com a Campanha do Desarmamento.

O estudo contrapõe-se à noção de que a violência juvenil é um fenômeno universal, ao mostrar que em mais da metade dos países a proporção de vítimas jovens é quase igual, ou inferior, às vítimas não-jovens. Em 36 países, entre os quais, Áustria, Finlândia, Grécia, Irlanda, Japão, Hungria Nova Zelândia, Polônia entre outros, as taxas de homicídios não-jovens são equivalentes ou superiores às taxas juvenis.

Hoje, a probabilidade de um jovem de a América Latina morrer vítima de homicídio é trinta vezes maior que a de um jovem da Europa e acima de setenta vezes maior que a de jovens de países como a Grécia, Hungria, Inglaterra, Áustria, Japão ou a Irlanda.

A pesquisa apresenta como principal fator explicativo dos níveis de homicídio registrados no continente a desigualdade na distribuição de renda e não, necessariamente, a pobreza, medida por meio do PIB per capita. Outra correlação

apontada no levantamento diz respeito ao fato de que as taxas de homicídio são maiores em localidades com mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Esta é a nona publicação da série Mapas da Violência, porém, a primeira a focar os países da América Latina, dentre eles: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Uruguai, Venezuela. A fonte principal para a construção dos indicadores do relatório foi a mais recente atualização do Sistema de Informação Estatística da Organização Mundial da Saúde - OMS, conhecido internacionalmente como WHOSIS - World Health Organization Statistical Information

Publicado em 02/12/08 pela página virtual – Adital

Juventude e Violência

Violências como punição, castigos, entre outras, contra crianças e adolescentes têm sido historicamente utilizadas para não permitir a transgressão de normas em nossa sociedade.

Os diferentes discursos produzidos ao longo da história elaboraram as concepções de infância e adolescência, criando um imaginário no qual a prática da violência é comum. Por isso a violência foi cristalizada como algo normal em nossa sociedade, especialmente para "educar" as crianças e adolescentes.

O relatório Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil: 1980-2002 traça um panorama dos homicídios de crianças e adolescentes no Brasil. Segundo a pesquisa, foi registrado, no período entre 1980 e 2002, um total de 696.056 óbitos por homicídios no Brasil. Desse total, crianças e adolescentes de 0 a 19 anos correspondem a 16% (110.320). Segundo as autoras, esses índices são os

mais alarmantes que existem no mundo, dentre os países que não enfrentam guerras internas.

A pesquisa apresenta, ainda, um perfil dessas crianças e adolescentes: a maioria, 87,6%, se encontra na faixa etária de 15 a 19 anos. Destes, a maior parte é negra, do sexo masculino e empobrecida.

Ainda sobre os homicídios dos jovens, segundo a pesquisa, houve crescimento do uso de armas de fogo. Em 1980, 45,5% dos casos de homicídios nessa faixa etária ocorreram pelo uso de armas de fogo. Já em 2002, esse percentual aumentou para 73,2%.

Segundo Glacy Roure, uma das palestrantes do JUBRA III e autora do livro: "Vidas Silenciadas", a utilização da violência não é um dado recente. Esse poder é utilizado historicamente, porém as formas de repressão exercidas pelo Estado é que modificaram no decorrer da história.

Nesse contexto, a violência foi colocada como forma de controlar a transgressão de normas e a sociedade brasileira passou a considerar os meninos e adolescentes pobres como trombadinhas, pequenos marginais etc, que devem ser punidos e julgados. Os policiais, também trabalhando com a concepção de manutenção da ordem, atuam punindo qualquer ação que desvie das normas, cometendo abusos, torturas, maus tratos etc.

Conforme está descrito no documento produzido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), o professor Paulo Sérgio Pinheiro afirma que, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que examinou o extermínio de crianças e adolescentes, 52% dos assassinatos ocorridos entre 1988 e 1990 foram cometidos por vigilantes ilegais ou policiais fazendo bico em agências de segurança. Nesse período foram assassinados 4.661 jovens com até 17 anos.

Roure afirma que a sociedade, ao não se manifestar e se posicionar diante da violência policial e dos grupos de extermínio, acaba sendo complacente com os mesmos: "A sociedade vai assim, através das práticas das prisões, dos extermínios, das torturas, dos linchamentos, da institucionalização da pena de morte, encontrando formas (violentas) de eliminar aqueles que resistem e revoltam-se de forma violenta contra um sistema socioeconômico, político e cultural excludente e injusto que os tornam "menos homens" na busca pela própria sobrevivência e dos seus".

Texto: Gardene Leão de Castro Mendes
Assessora de Comunicação da Casa da Juventude.
Integrante do Virajovem Goiânia/GO (Parceria da Revista Viração e Casa da Juventude Pe. Burnier)

Retrato da juventude brasileira

Alguns dados que permitem entender e conhecer um pouquinho melhor a realidade da juventude no Brasil…

Quem e quantos nós somos?

- Mais de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil, segundo o Censo 2000 do IBGE;
- 50% de homens e 50% de mulheres nesta faixa etária;
- 6,3 milhões residem na zona rural;
- 16,2 milhões são pretos/as ou pardos/as;
- 145 mil são indígenas;
- 60% dos/as presos/as do país têm entre 18 e 29 anos, segundo dados de 2007 do Ministério da Justiça.

Como pensamos e agimos?

- O Brasil é o 2º lugar no ranking do pessimismo do/a jovem quanto ao futuro, perdendo apenas para a Colômbia (Unicef, 1999);
- No entanto, 84% dos/as jovens pesquisados/as pelo Instituto Cidadania acreditam no próprio poder de transformar o mundo;
- 13 milhões de jovens brasileiros/as já participaram ou participam de alguma forma associativa (movimentos sociais, ONGs, sindicatos, partidos políticos etc), segundo estudo da UNESCO de 2004;
- Entretanto, apenas 2% dos/as jovens pesquisados/as pelo Instituto Cidadania participam de algum trabalho social ou no bairro; 20% quer fazer; 10% pensou, mas desistiu; 68% nunca pensou em fazer;

Os números da educação

- 51,4 % dos/as jovens do Brasil não freqüentam a escola;
- 1,2 milhões de jovens brasileiros/as são analfabetos/as;
- Pesquisa do Instituto Cidadania revelou que para 74% da juventude a escola é importante para entender a realidade;
- 17 milhões de jovens não estudam;
- Apenas 1% de jovens universitários/as são pretos/as; 15% são pardos/as (Censo 2000); 0,1% são indígenas;

Trabalho e renda

- 88 milhões de jovens sem emprego no mundo, segundo a OIT (2003);
- Nos países latino-americanos, o número absoluto de jovens sem emprego passou de 6,5 milhões em 1993 para 9,4 milhões em 2003;
- 3,7 milhões de jovens brasileiros/as sem trabalho, o que representa 47% do número total de desempregados/as no Brasil (PNAD 2001);

A violência entre nós

- 43% das crianças e adolescentes da América Latina se sentem inseguros/as no lugar onde vivem, segundo pesquisa "A Voz das Crianças";
- 102 jovens do sexo masculino assassinados a cada 100.000 habitantes no Brasil, segundo compilação de estudos do Banco Mundial;
- 61% das escolas privadas brasileiras e 65% das públicas oferecem um ambiente inseguro, segundo estudo da Unesco;
- Cerca de 4% dos estudantes entrevistados/as disseram que têm ou tiveram uma arma de fogo, e 70% desses (quase 130.000 estudantes) relataram que essas armas eram para uso nas escolas;

- Entre janeiro de 2000 e janeiro de 2003, houve 1.547 registros de abuso sexual (aproximadamente 50% na região Sudeste do país e 25% no Nordeste), segundo dados de 2003 da ABRAPIA;
- 75% das vítimas eram mulheres e 18% eram homens, sendo que a maior parte das vítimas femininas tinha entre 12 e 18 anos de idade.

(Fonte: Frutos do Brasil – Juventude em Debate: http://frutosdobrasil.wordpress.com/. IBGE, UNICEF, UNESCO, PNAD, OIT e Instituto Cidadania)

Livro: Violência nas Escolas – *UNESCO*

O livro está disponível para download na Biblioteca Pastoral do portal PJ Maringá [www.pjmaringa.com.br]

Este livro apresenta um estudo analítico dos fenômenos de violência nas escolas, incluindo a descrição de muitas maneiras em que a violência se expressa, e exemplos explícitos de como a experiência de violência é vivida e sentida de acordo com os indivíduos envolvidos, em que as vítimas dos jovens estudantes não fazem parte necessariamente da comunidade escolar. Estes fenômenos incluem globalização e exclusão social.

Os resultados deste estudo indicam que soluções não podem ser encontradas em simples medidas como muros, cercas, grades, detectores de metais ou contratação de segurança particular. As estratégias para solucionar este problema devem certamente atingir bases mais profundas a serem atingidas e em um processo a longo prazo, envolvendo cooperação entre pais, escolas e comunidades.

Fonte: UNESCO: www.unesco.org.br

Casos de homicídios são mais freqüentes entre jovens

Entre 1996 e 2006, os homicídios na população brasileira de 15 a 24 anos de idade passaram de 13.186 para 17.312, representando um aumento de 31,3% em dez anos. O crescimento foi bem superior ao experimentado pelos homicídios na população total, onde o aumento foi de 20% nesse período.

Os dados são do Mapa da Violência 2008, estudo lançado pelo Instituto Sangari, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde e a Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (RITLA). O estudo, com dados referência até 2006, analisou a situação e a evolução da letalidade violenta nas unidades federadas do país, nas 27 capitais e nas 10 regiões metropolitanas tradicionais.

A pesquisa dividiu os municípios estudados em três listas, de acordo com taxas de homicídios na população jovem, número de homicídios juvenis e maiores índices de vitimização juvenil, entendendo como vitimização a proporção de homicídios juvenis em relação ao total de homicídios no município.

Segundo o Mapa 2008, na lista dos 100 municípios com as maiores taxas de homicídios juvenil, os municípios pesquisados nos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco representam acima de 70% do total de homicídios juvenis acontecidos no estado. Em seu conjunto, esses 100 municípios, que representam 1,8% do universo, congregam 2,5% da população, o que significa que não são somente municípios de grande porte, mas concentram 35% dos homicídios juvenis acontecidos no país no ano de 2006.

Já os 200 municípios com maior número de homicídios juvenis correspondem a 3,6% do total de municípios das unidades. Eles concentram 47,3% da população do país - municípios de grande porte - e 79,5% dos homicídios juvenis acontecidos no ano de 2006.

Alguns estados como Acre, Amapá, Amazonas, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins têm escassa ou nula participação nessa lista. Já estados como São Paulo (40 municípios), Rio de Janeiro (24) e Pernambuco (16) destacam-se pelo elevado número de municípios integrantes dessa listagem.

Outro enfoque dado pelo estudo foi a listagem dos 200 municípios com os maiores índices de vitimização juvenil. Nesse caso, foi utilizado como medida de vitimização a proporção de homicídios juvenis com relação ao total de homicídios acontecidos num determinado ano - 2006 - e numa determinada área geográfica - o município.

A análise levou em conta que os jovens, em média, representam algo em torno de 20% da população total, fato indicativo de que, se o índice ultrapassa significativamente essa proporção, há um expressivo número de municípios populosos, com índices de vitimização acima de 50%, isto é, municípios onde mais da metade das vítimas de homicídios foram jovens.

Já se o índice gira perto de 20%, pode-se dizer que é um problema que afeta a juventude também ao restante da população. E se a proporção excede significativamente esse patamar de 20%, pode-se afirmar que existe elevada dose de vitimização da juventude.

Íntegra do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros-2008 (PDF) na Biblioteca Pastoral do portal PJ Maringá [www.pjmaringa.com.br]

Mapa

O primeiro Mapa da Violência foi divulgado no ano de 1998, com o objetivo de gerar indicadores de abrangência nacional sobre o tema da violência letal e da criminalidade. Produzido a cada dois anos, o estudo possibilita ponderar a situação e a evolução da mortalidade violenta nos diversos locais do Brasil, permitindo a elaboração e avaliação dos planos e estratégias de enfrentamento da violência no país.

O Mapa tem também servido de subsídio para a formulação dos planos e programas dirigidos à juventude nas diversas esferas e insumo para a elaboração de relatórios nacionais e internacionais na área.

Fonte: Adital

Injustiça social gera violência no Brasil, aponta pesquisa

Um levantamento feito pela Small Arms Survey, o principal centro de pesquisa no mundo sobre armas leves, analisou o impacto da violência em grandes cidades brasileiras e africanas. De acordo com o levantamento, o Brasil tem o oitavo maior arsenal de armas leves do planeta, com mais de 15 milhões de pistolas e outros revólveres, e aproximadamente 45 mil homicídios por ano, superando números de países em guerra.

O levantamento aponta que a injustiça social aliada à rápida urbanização do país nos últimos 30 anos formaram um ambiente propício para a explosão da violência no Brasil. Em 1982, o índice era de sete mortes por arma para cada 100 mil habitantes. Em 2002, a taxa subiu para 21.

A impunidade e a corrupção também contribuem para o agravamento do quadro. De acordo com a pesquisa, apenas 10% dos homicídios são julgados e tem os responsáveis condenados. A polícia, por sua vez, é responsável por fornecer boa parte das munições utilizadas pelos criminosos. Cerca de 80% do armamento utilizado pelo crime vem das forças policiais. O desvio acontece por meio da venda ou do roubo.

O estudo também mostra que os pobres, de baixa escolaridade e desempregados, que têm entre 19 e 25 anos, são os mais afetados pela violência, enquanto negros representam o maior número de vitimas que brancos. Os homens têm 17 vezes mais chance de serem mortos que mulheres no Brasil.

Vinicius Mansur, da Radioagência NP, 31/08/2007

Homicídios de jovens aumentam em 23 anos

Pesquisa da USP revela que número de assassinatos de crianças e adolescentes de até 19 anos cresceu 461,8% em Goiás em 23 anos

As mortes de jovens por assassinatos em Goiás cresceram significativamente e acima da média nacional em 23 anos. A proporção de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos assassinados (número por grupo de 100 mil habitantes) cresceu 461,8% entre os anos de 1980 e 2002. A média nacional no período teve aumento de 306%. Considerando apenas os números de Goiânia, o aumento é ainda mais expressivo: 662,9%. Os dados são da pesquisa Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil, 1980 a 2002, realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Em 1980, quando o coeficiente de mortes por homicídio (CMH) entre jovens de 0 a 19 anos no Brasil era de 3,1 a cada grupo de 100 mil habitantes, Goiás ocupava a 16ª posição no ranking dos 20 Estados pesquisados, com 2 mortos por grupo de 100 mil. Em 2002, o Estado passou a ocupar a 12ª posição, com um coeficiente de 11,5, ainda abaixo da média nacional, que foi de 12,6 assassinados por 100 mil com idades de até 19 anos (veja quadro). Goiás ocupa a última posição na Região Centro-Oeste, atrás de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal. As tabelas mostram que o crescimento foi menor entre os anos de 1980 e 1990 (49,4%), em comparação ao período de 1990 a 2000 (218,2%). Entre 2000 e 2002, houve um incremento de 18,2% no CMH.

As maiores vítimas, como já demonstraram levantamentos anteriores, são os homens. O recorte por gênero da pesquisa aponta que o maior incremento e os maiores índices encontram-se no grupo masculino. O crescimento, entre os homens, foi maior entre 1990 e 2000 (193,7%). Na avaliação por faixa etária, o incremento maior em Goiás foi entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (526,6%), mas os índices (CMH) são maiores no grupo de adolescentes de 15 a 19 anos, onde atingiram, em 2002, o valor de 37,8 por 100 mil habitantes. Também foram apresentadas as variantes segundo o tipo de arma utilizada. O estudo revela a predominância de homicídiios decorrentes do uso de armas de fogo, cuja tendência de crescimento é constante e acentua-se a partir de 1998.

O estudo foi feito pelas pesquisadoras Maria Fernanda Tourinho Peres, Nancy Cardia e Patrícia Carla dos Santos, do NEV/USP. Para o relatório, foram analisados dados obtidos pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde e dados que compõem o Banco de Dados da Imprensa sobre graves violações de direitos humanos do NEV/USP. Além de informações sobre a

violência, a pesquisa também serviu para subsidiar o Relatório Mundial sobre Violência contra a Criança, coordenado pelo professor Paulo Sérgio Pinheiro, expert independente do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre violência contra a criança.

"A pesquisa deixa claro que as crianças e jovens vítimas de homicídios têm cor, situação social, sexo, localização e profissão totalmente conhecidos", avalia Pinheiro.

Por Carla Borges
Fonte: O Popular – Cidades - Goiânia, 12 de junho de 2007.

70% dos jovens brasileiros assassinados são negros, diz relatório da ONU

Em cada grupo de dez jovens de 15 a 18 anos assassinados no Brasil, sete são negros. A raça também representa 70% na estimativa de 800 mil crianças brasileiras sem registro civil.

Entre os indicadores contraproducentes, os negros só perdem para a população indígena na taxa de mortalidade infantil. Os números, contidos no relatório Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças, encomendado pela Organização das Unidas (ONU), mostram que o perfil das vítimas da violência vai muito além da faixa etária.

"A violência não tem só idade. Tem cor, raça, território. As vítimas são os negros, os pobres, os moradores de favelas", afirma a psicóloga Cenise Monte Vicente, coordenadora do Escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O relatório, feito pelo professor e pesquisador Paulo Sérgio Pinheiro, foi apresentado na Assembléia Geral das Nações Unidas. O documento cita relatórios de 132 governos e consultas a organizações não-governamentais.

(Folha de S. Paulo – SP; Jornal de Brasília – DF, 15/10/2006)